PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 320/XIII/1ª

Recomenda ao Governo a adopção de diversas medidas com vista ao bom funcionamento do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E..

Criado em 2005, o Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E. (CHMT) integra os hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas, englobando quinze concelhos e servindo uma população de cerca de 266 mil habitantes.

Sujeito, em 2011, a uma reorganização de serviços, o CHMT perdeu, nessa altura, algumas valências dificultando, assim, o acesso da população aos cuidados de saúde de que necessitam.

O XIX Governo Constitucional encetou diversos esforços para colmatar as principais falhas do CHMT, como, a título de exemplo, a abertura de especialidades como Oncologia e Nefrologia em Torres Novas e Tomar, a contratação de novos técnicos ou, ainda, a abertura de uma nova enfermaria cirúrgica.

No entanto, e apesar dos esforços, o CHMT continua a apresentar diversos problemas, também devido à grande dimensão deste Centro Hospitalar, com elevada proximidade entre as três unidades.

É, assim, essencial que se promovam as medidas possíveis e necessárias para a resolução dos problemas existentes, por forma a que a população do distrito de Santarém tenha, de uma vez por todas, acesso atempado e de qualidade aos cuidados de saúde de que necessita.

De referir que o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende que, quando se projectam as valências de um hospital, é essencial ter em conta as dificuldades sentidas pelas administrações dos hospitais na contratação de profissionais de saúde e a necessidade de potenciar o aproveitamento dos recursos disponíveis, humanos e financeiros, de modo a responder com qualidade à procura de cuidados de saúde das populações.

O CDS-PP tem vindo a acompanhar a reorganização hospitalar com todo o cuidado e atenção e entende que qualquer decisão que venha a ser tomada relativamente ao CHMT deverá sê-lo com base na melhor evidência científica. Só desta forma se assegurarão os desejados bons resultados.

Naturalmente - e como não pode deixar de ser – têm de ser tidos em conta os perfis assistenciais de cada um dos três hospitais, os recursos humanos disponíveis e a população a ser abrangida por cada um deles.

O propósito do CDS-PP é - como não podia, também, deixar de ser - assegurar que são garantidos a toda a população do distrito de Santarém o acesso aos melhores cuidados de saúde de qualidade.

Importa, ainda, que a população tenha consciência que a duplicação de serviços, sem recursos humanos suficientes que os assegurem, leva à má gestão, ao desperdício e, pior, leva ao decréscimo da qualidade. Ora, numa altura como a que o País atravessa, em que os recursos financeiros também escasseiam, é essencial que se faça uma gestão eficaz, séria, eficiente e adequada dos serviços de saúde. Só assim se poderá garantir a todos os cidadãos o acesso aos cuidados de saúde de que necessitam, com qualidade.

O CHMT enfrenta diversos problemas que só encontrarão resolução se todos os critérios acima referidos forem tidos em atenção. No entanto, há que envolver todas as entidades nesta questão e encontrar as soluções necessárias uma vez que os problemas existentes têm, efectivamente, de ser resolvidos.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do CDS-PP abaixo assinados apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República recomenda ao Governo que:

- Promova uma melhor articulação entre os hospitais de Abrantes, Torres Novas e Tomar com o hospital distrital de Santarém, e também com as unidades de cuidados de saúde primários das áreas de abrangência de cada um dos três hospitais;

- Promova a contratação de pessoal médico e de enfermagem para o Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.;

- Promova a abertura de novas valências clínicas no Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.;

- Equacione a reabertura do serviço de urgência médico-cirúrgica no hospital de Tomar, adequada às necessidades da população;

- Desenvolva todos os esforços para uma boa gestão deste Centro Hospitalar, por forma a que sejam pagas as dívidas e reduzido o passivo financeiro.

Palácio de São Bento, 13 de Maio de 2016.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP,